

# Concessionaria de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

(Companhia aberta)

**Revisão de informações trimestrais –  
ITR referente ao trimestre findo em 31  
de março de 2024**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,  
CEP04719-911 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da  
**Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.**  
Campo Grande – MS

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	27
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	28
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	29
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidade)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.088.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.088.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
1	Ativo Total	757.529	858.774
1.01	Ativo Circulante	730.345	129.398
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	83.925	91.837
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.235	3.955
1.01.03	Contas a Receber	633.729	29.380
1.01.03.01	Clientes	633.729	29.380
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	27.802	28.431
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	986	949
1.01.03.01.03	Contas a receber do Poder Concedente	604.941	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.262	2.678
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.194	1.548
1.01.07.01	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	5.194	1.548
1.02	Ativo Não Circulante	27.184	729.376
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.184	729.376
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.093	27.328
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	91	702.048
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	19	19
1.02.01.10.05	Contas a receber do Poder Concedente	0	701.948
1.02.01.10.06	Outros créditos	72	81

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2024</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2023</b>
2	Passivo Total	757.529	858.774
2.01	Passivo Circulante	116.954	110.323
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.897	9.519
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.251	1.330
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.646	8.189
2.01.02	Fornecedores	24.186	28.501
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.052	4.725
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.902	2.249
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.267	1.627
2.01.03.01.02	Obrigações parceladas	635	622
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.150	2.476
2.01.03.03.01	ISS a recolher	2.150	2.476
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.875	49.833
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.875	49.833
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.875	49.833
2.01.05	Outras Obrigações	28.944	17.745
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	21.024	15.377
2.01.05.02	Outros	7.920	2.368
2.01.05.02.05	Outras obrigações com o Poder Concedente	1.115	1.115
2.01.05.02.07	Outras obrigações	6.805	1.253
2.02	Passivo Não Circulante	678.113	688.947
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	672.035	683.009
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	672.035	683.009
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	672.035	683.009
2.02.02	Outras Obrigações	1.861	2.738
2.02.02.02	Outros	1.861	2.738
2.02.02.02.03	Obrigações sociais e trabalhistas	136	136
2.02.02.02.04	Fornecedores	1.725	2.602
2.02.03	Tributos Diferidos	1.282	62
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.282	62
2.02.04	Provisões	2.935	3.138
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.775	2.825
2.02.04.02	Outras Provisões	160	313
2.02.04.02.05	Obrigações parceladas	160	313
2.03	Patrimônio Líquido	-37.538	59.504
2.03.01	Capital Social Realizado	1.088.000	1.088.000
2.03.02	Reservas de Capital	102	82
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.125.640	-1.028.578

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	64.633	78.525
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.706	-67.550
3.02.01	Custo de Construção	-2.719	-1.538
3.02.02	Serviços	-43.941	-27.810
3.02.03	Custos Contratuais	-4.574	-4.195
3.02.04	Depreciação e Amortização	-13.746	-13.269
3.02.05	Custo com Pessoal	-11.983	-11.777
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-8.437	-7.819
3.02.08	Outros	-1.306	-1.142
3.03	Resultado Bruto	-22.073	10.975
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.988	-34.582
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.988	-34.582
3.04.02.01	Serviços	-2.345	-1.799
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.250	-1.633
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-4.260	-3.265
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-131	-139
3.04.02.05	Campanhas Publicitárias e Eventos, Feiras e Informativos	-161	-11
3.04.02.06	Reversão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	50	954
3.04.02.07	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-204	-276
3.04.02.10	Outras receitas (despesas) operacionais	-2.076	-880
3.04.02.12	Estimativa de perda lei 13.448/17	-21.305	-19.913
3.04.02.13	Reversão para perda esperada - contas a receber	0	1
3.04.02.14	Despesas, provisões e multas indedutíveis	0	-5.605
3.04.02.15	Indenização civil	-306	-2.016
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-54.061	-23.607
3.06	Resultado Financeiro	-41.781	-32.513
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-95.842	-56.120
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.220	-3.781
3.08.02	Diferido	-1.220	-3.781
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-97.062	-59.901
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-97.062	-59.901
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,08921	-0,05788
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,08921	-0,05788



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-97.062	-59.901
4.03	Resultado Abrangente do Período	-97.062	-59.901

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.854	-2.411
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-65.749	-41.866
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Período	-97.062	-59.901
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.220	3.781
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	14.996	14.902
6.01.01.04	Baixa do ativo Imobilizado	297	154
6.01.01.05	Juros e Variação Monetária sobre Financiamentos	15.625	17.860
6.01.01.13	Comissão de Fianças com Partes Relacionadas	1.395	1.493
6.01.01.14	Constituições líquidas de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	639	1.130
6.01.01.15	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	0	-1
6.01.01.16	Juros sobre Impostos Parcelados	17	36
6.01.01.17	Rendimento de aplicação financeira	-133	-26
6.01.01.18	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	20	0
6.01.01.19	Estimativa Lei nº13.448/17	21.305	19.913
6.01.01.20	Remuneração do ativo financeiro	-24.068	-41.207
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	87.603	39.455
6.01.02.01	Contas a receber das operações	629	555
6.01.02.02	Contas a receber de partes relacionadas	-37	68
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-584	-481
6.01.02.04	Contas a receber do Poder Concedente	87.774	66.285
6.01.02.06	Despesas antecipadas e outros créditos	-3.637	-3.627
6.01.02.07	Fornecedores	-5.192	-14.691
6.01.02.08	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	4.252	-6.324
6.01.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-843	-471
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher	0	-777
6.01.02.15	Obrigações Sociais e Trabalhistas	378	1.030
6.01.02.16	Outras obrigações	5.552	-28
6.01.02.17	Pagamento da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-689	-2.084
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.209	1.261
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-575	-1.534
6.02.02	Adições do Ativo Intangível	-2.722	-1.539
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	0	2.879
6.02.04	Aplicação na conta reserva	235	192
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	-147	1.263
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-26.557	-27.093
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos (Pagamento de Principal e juros)	-26.557	-27.093
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.912	-28.243
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.837	74.275
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	83.925	46.032

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.088.000	82	0	-1.028.578	0	59.504
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.088.000	82	0	-1.028.578	0	59.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	20	0	0	0	20
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	0	20	0	0	0	20
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-97.062	0	-97.062
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-97.062	0	-97.062
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.088.000	102	0	-1.125.640	0	-37.538

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.035.000	0	0	-698.684	0	336.316
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.035.000	0	0	-698.684	0	336.316
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-59.901	0	-59.901
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-59.901	0	-59.901
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.035.000	0	0	-758.585	0	276.415

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023</b>
7.01	Receitas	71.416	84.574
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	71.416	84.573
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.400	-71.479
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-57.845	-40.360
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.836	-29.581
7.02.04	Outros	-2.719	-1.538
7.02.04.01	Custo de Construção	-2.719	-1.538
7.03	Valor Adicionado Bruto	-14.984	13.095
7.04	Retenções	-14.996	-14.902
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.996	-14.902
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-29.980	-1.807
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.713	2.229
7.06.02	Receitas Financeiras	2.713	2.229
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-27.267	422
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-27.267	422
7.08.01	Pessoal	14.096	13.222
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.229	9.222
7.08.01.02	Benefícios	2.994	3.233
7.08.01.03	F.G.T.S.	585	535
7.08.01.04	Outros	288	232
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.479	12.072
7.08.02.01	Federais	5.003	7.275
7.08.02.02	Estaduais	275	284
7.08.02.03	Municipais	5.201	4.513
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.220	35.029
7.08.03.01	Juros	44.485	34.698
7.08.03.02	Aluguéis	735	331
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-97.062	-59.901
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-97.062	-59.901

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL MSVIA

#### Janeiro a Março/2024

A MSVia (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias e as comparações são referentes ao 1T2023.

#### 1.1 - Principais destaques

Após a qualificação da Companhia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI para fins de relicitação, em 10 de junho de 2021 foi celebrado a assinatura do 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da Companhia, firmado entre a União Federal, por intermédio da ANTT.

O presente termo tem por objetivo estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação, monitoração e execução dos investimentos essenciais contemplados no contrato originário, as responsabilidades durante o período de transição e transferência da concessão a serem observadas durante a sua vigência a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao Empreendimento. A Companhia também continuou executando obras na BR-163/MS, autorizadas pela Licença de Operação nº 1.508/2019.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

No dia 10 de março de 2023, foi assinado o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, tendo como objeto prorrogar o prazo de vigência do 1º Aditivo em 24 meses, definição dos valores da tarifa de pedágio, estabelecer as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades durante o período de transição, e disciplinar o pagamento da indenização pelo futuro contratado.

Em 14 de agosto de 2023, a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que indicou o percentual positivo de 16,82%. Está deliberação entrou em vigor a partir da zero hora do dia 18 de agosto de 2023.

## Comentário do Desempenho

### 1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

#### Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	1ºT24	1ºT23	Var.%
Receita de pedágio	42.286	42.365	-0,2%
Receitas acessórias	2.343	2.317	1,1%
Receita de construção	2.719	1.538	76,8%
Receitas de remuneração de ativo financeiro	24.068	38.353	-37,2%
Receita bruta total	71.416	84.573	-15,6%
Deduções	(6.783)	(6.048)	12,2%
Receita líquida total	64.633	78.525	-17,7%

**Receita de pedágio:** A receita reduziu em 0,2% no 1T24 em comparação ao 1T23, devido a redução de tráfego de veículos equivalentes.

**Receitas acessórias:** Aumento de 1,1% no 1T24 em comparação ao 1T23 devido reajuste anual dos contratos de utilização da faixa de domínio, redes de telefonia, fibra óptica, água, esgoto e energia elétrica.

**Receita de construção:** Aumento de 76,8% dos investimentos no 1T24 em comparação ao 1T23, devido à elaboração de projetos de estudos de meio ambiente das áreas de duplicação no 1T24.

**Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente:** Variação negativa de 37,2% entre o 1T24 e 1T23, devido a redução da base de cálculo, que é o saldo contábil do ativo intangível e imobilizado depreciado mensalmente, atualizado pelo IPCA que também teve redução nesse período.

**Deduções:** Aumento de 12,2% no 1T24 em comparação com o 1T23, devido ao aumento de tráfego em relação ao 1T23 e reajuste de tarifa, que aconteceu em agosto/2024.

#### Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	1ºT24	1ºT23	Var.%
Custo de construção	2.719	1.538	76,8%
Depreciação e amortização	14.996	14.902	0,6%
Custos contratuais	4.574	4.195	9,0%
Serviços de terceiros	46.286	29.609	56,3%
Custo com pessoal	16.243	15.042	8,0%
Materiais, gastos gerais e outros	12.571	16.933	-25,8%
Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17)	21.305	19.913	7,0%
<b>Custos e despesas totais</b>	<b>118.694</b>	<b>102.132</b>	<b>16,2%</b>

Os custos e as despesas totais aumentaram em 16,2% no 1T24 em relação ao 1T23, devido principalmente ao aumento da execução dos serviços de engenharia e conservação do pavimento.

## Comentário do Desempenho

**Custo de construção:** Aumento de 76,8% dos investimentos no 1T24 em comparação ao 1T23, devido à elaboração de projetos de estudos de meio ambiente das áreas de duplicação no 1T24.

**Depreciação e amortização:** No 1T24 ocorreu redução de 0,6% em comparação ao 1T23, devido as amortizações dos investimentos realizados de 2017 a 2024, sendo o principal reflexo a implantação do Dispositivo Diamante do km 258, que iniciou após o 3T21.

**Custos contratuais:** Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no contrato de concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*All Risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

**Serviços de terceiros:** Este grupo se refere aos itens de prestadores de serviços, tiveram aumento de 56,5% no 1T24, devido principalmente ao aumento da execução dos serviços de engenharia e conservação do pavimento.

**Custos com pessoal:** Os custos com pessoal sofreram aumento de 8,0% no 1T24 em comparação ao 1T23, devido a contabilização do custeio CCR e Holding, reajustes salariais e de benefícios, após aprovação do acordo coletivo.

**Materiais, gastos gerais e outros:** Redução de 25,8% no 1T24 em relação ao 1T23, referente a mudança da contabilização da atualização monetária da Multa TAC no 1T24 para o grupo de Despesas Financeiras.

**Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17):** Em função das variações decorrentes do cálculo do contas a receber do Poder Concedente, tendo o principal efeito atualização do IPCA.

### EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	1ºT24	1ºT23	Var.%
Prejuízo líquido	(97.062)	(59.901)	62,0%
(+) IR/CS	1.220	3.781	-67,7%
(+) Resultado financeiro	41.781	32.513	28,5%
(+) Depreciação e amortização	14.996	14.902	0,6%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>(39.065)</b>	<b>(8.705)</b>	<b>348,8%</b>
<i>Margem EBITDA (b)</i>	<i>-60,44%</i>	<i>-11,09%</i>	<i>-49,4 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	1ºT24	1ºT23	Var.%
Prejuízo líquido	(97.062)	(59.901)	62,0%
(+) IR/CS	1.220	3.781	-67,7%
(+) Resultado financeiro	41.781	32.513	28,5%
<b>EBIT (a)</b>	<b>(54.061)</b>	<b>(23.607)</b>	<b>129,0%</b>
<i>Margem EBIT (b)</i>	<i>-87,32%</i>	<i>-30,66%</i>	<i>-57 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM n°. 156/2022;



## Comentário do Desempenho

(b) As margens EBITDA e EBIT ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1ºT24</b>	<b>1ºT23</b>	<b>Var. %</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(44.494)</b>	<b>(34.742)</b>	<b>28,1%</b>
Juros sobre financiamentos	(14.695)	(17.860)	-17,7%
Juros sobre obrigações parceladas	(17)	(36)	-52,8%
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(1.395)	(1.493)	-6,6%
Varição monetária sobre o excedente tarifário e TAC multas	(27.204)	(14.900)	82,6%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.183)	(453)	161,1%
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2.713</b>	<b>2.229</b>	<b>21,7%</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.630	2.168	21,3%
Juros e outras receitas financeiras	83	61	36,1%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(41.781)</b>	<b>(32.513)</b>	<b>28,5%</b>

**Varição monetária sobre o excedente tarifário e TAC multas:** Aumento de 82,6% no 1T24 em relação ao 1T23, referente a contabilização da atualização monetária pelo IPCA, do excedente tarifário e do TAC Multas.

### 2. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

No comparativo entre o primeiro trimestre de 2024 (1T24) e o primeiro trimestre de 2023 (1T23), observou-se uma redução significativa no número total de mortos (-25%) e no Índice de Mortos (-27,2%). A Companhia, em consonância com o Programa de Redução de Acidentes (PRA), o qual inclui a vigilância e intervenções em pontos identificados como mais propensos a acidentes, trabalha continuamente visando diminuir tanto a frequência quanto a gravidade desses eventos quanto aprimorar a Segurança Viária.

Na BR-163/MS, a Companhia tem promovido campanhas educativas, medidas de engenharia viária e ações coercitivas desde 2014, além de intervenções específicas durante feriados prolongados e eventos como o Maio Amarelo e a Semana Nacional do Trânsito. Adicionalmente, são realizadas Micro Ações, uma inovação implementada em 2019, que consistem em intervenções rápidas realizadas pelas equipes de atendimento em pontos críticos ao longo da rodovia. Também são conduzidas palestras em empresas próximas, postos de serviços, comunidades e escolas, com suporte de sistemas inteligentes (ITS), incluindo o PMV (painéis de mensagens fixos e móveis) para divulgação de mensagens educativas em tempo real e o CFTV (circuito fechado de TV) para monitoramento da via, contribuindo para uma gestão mais eficaz das ações preventivas, aumento da segurança viária e otimização dos recursos. Todas essas iniciativas visam conscientizar a população sobre a importância da redução de acidentes.

<b>TOTAL DE ACIDENTES</b>	<b>1ºT24</b>	<b>1ºT23</b>	<b>Var.%</b>
Número de mortos	16	12	-25,0%
Índice de Mortos - IM	3,16	2,30	-27,2%

## Comentário do Desempenho

### 3. Considerações finais

As informações trimestrais – ITR da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

### 4. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as informações trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas informações trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2024.

Campo Grande, 9 de maio de 2024.

#### A Diretoria

## Notas Explicativas

### Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2024

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 ("contrato de concessão"). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo n.º 1 ao contrato de concessão, com o objetivo de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, entre a divisa do Estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

A vigência do Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto n.º 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

Em 10 de março de 2023, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão, entre a Companhia e o Poder Concedente, com objetivo de prorrogar a vigência da concessão, passando o término do contrato para até 12 de março de 2025, garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

A Companhia conta com suporte financeiro do acionista controlador final CCR S.A.

Neste trimestre, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

#### 1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

## Notas Explicativas

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

As informações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto pelos tópicos relacionados a “Relicitação” da Companhia (para maiores informações vide nota 7.1.)

### i. Redução Tarifária e Arbitragem

As partes renovaram o pedido de suspensão do procedimento arbitral para até 6 de agosto de 2024.

### Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

## 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB). Incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 9 de maio de 2024, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

## Notas Explicativas

### 3. Políticas contábeis materiais

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Caixa e bancos	16.565	16.380
Aplicações financeiras (a)	67.360	75.457
<b>Total</b>	<b>83.925</b>	<b>91.837</b>
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.235</b>	<b>3.955</b>
Aplicações financeiras (a)	4.235	3.955
<b>Não circulante</b>	<b>27.093</b>	<b>27.328</b>
Conta reserva (b)	27.093	27.328
<b>Total</b>	<b>31.328</b>	<b>31.283</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,91% do CDI, equivalente a 12,52% ao ano (100,74% do CDI, equivalente a 13,20% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e  
 (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas aos financiamentos (nota explicativa n.º 12).

### 7. Contas a receber

#### 7.1. Contas a receber líquidas

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Circulante</b>	<b>632.743</b>	<b>28.431</b>
Contas a receber das operações (a)	27.805	28.434
Provisão para perda esperada (b)	(3)	(3)
Contas a receber do Poder Concedente (c)	604.941	-
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>701.948</b>
Contas a receber do Poder Concedente (c)	-	701.948
<b>Total</b>	<b>632.743</b>	<b>730.379</b>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão;

## Notas Explicativas

- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos do Poder Concedente, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber do Poder Concedente, em função da ausência de histórico de não recebimento; e
- (c) Créditos a receber do Poder Concedente referente a bens reversíveis e indenizáveis, cuja movimentação está abaixo demonstrada:

Bens reversíveis e indenizáveis (a)	31/12/2023		31/03/2024		
	Saldo inicial	Remuneração	Transferência	Outros (b)	Saldo final
Circulante	-	2.989	639.274	(37.322)	604.941
Não circulante	701.948	21.079	(639.274)	(83.753)	-
<b>Total geral</b>	<b>701.948</b>	<b>24.068</b>	<b>-</b>	<b>(121.075)</b>	<b>604.941</b>

- (a) Indenização a receber do Poder Concedente em decorrência da devolução antecipada da concessão da Companhia, conforme legislação e regulamentação aplicável; e
- (b) O montante de R\$ 121.075 é composto por: (i) R\$ 21.304 pela estimativa de perda segundo a Lei n.º 13.448/2017, tendo sido aplicada a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente, (ii) R\$ 83.643 pelo excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários, calculado após a assinatura do Termo Aditivo n.º 1; (iii) R\$ 4.132 pela atualização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); e (iv) R\$ 11.996 transferência para imobilizado e intangível dos bens reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução.

### 7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	31/03/2024	31/12/2023
Créditos a vencer	632.511	730.127
Créditos vencidos até 60 dias	232	252
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	3
Créditos vencidos a mais de 180 dias	3	-
<b>Total</b>	<b>632.746</b>	<b>730.382</b>

### 7.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	31/03/2024	31/12/2023
2025	-	701.948
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>701.948</b>

## 8. Imposto de renda e contribuição social

### 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

<b>Conciliação do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(95.842)</b>	<b>(56.120)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)</b>	<b>32.586</b>	<b>19.081</b>
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	(33.770)	(20.915)
Despesas indedutíveis	(39)	(1.936)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(17)	(11)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	16	-
Outros ajustes tributários	4	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.220)</b>	<b>(3.781)</b>
Impostos diferidos	(1.220)	(3.781)
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>-1,27%</b>	<b>-6,74%</b>

(a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

**8.2. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

<b>Imposto de renda e a contribuição social diferidos</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativo</b>	<b>80.490</b>	<b>82.561</b>
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017	78.778	80.304
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.023	1.531
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	355	373
Provisão para fornecedores	187	189
Programa de gratificação longo prazo	146	159
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	5
<b>Compensação de imposto ativo</b>	<b>(80.490)</b>	<b>(82.561)</b>
<b>Impostos ativos após compensação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>	<b>(81.772)</b>	<b>(82.623)</b>
Capitalização de juros	(78.179)	(78.916)
Custo de transação de financiamentos	(3.593)	(3.707)
<b>Compensação de imposto passivo</b>	<b>80.490</b>	<b>82.561</b>
<b>Impostos passivos após compensação</b>	<b>(1.282)</b>	<b>(62)</b>
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(1.282)</b>	<b>(62)</b>
<b>Movimentação do imposto diferido</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>(62)</b>	<b>(1.179)</b>
Reconhecimento no resultado	(1.220)	(3.781)
<b>Saldos em 31 de março</b>	<b>(1.282)</b>	<b>(4.960)</b>

No período findo em 31 de março de 2024, foram realizados testes anuais de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 908.561 (R\$ 308.911 - efeito tributário em 31 de março de 2024) e em 31 de dezembro de 2023 montante de R\$ 809.247 (R\$ 275.144 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

## Notas Explicativas

### 9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e outras partes relacionadas.

Saldos	31/03/2024			31/12/2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
<b>Ativo</b>	<b>194</b>	<b>33.475</b>	<b>33.669</b>	<b>2</b>	<b>44.537</b>	<b>44.539</b>
Aplicações financeiras	-	28.568	<b>28.568</b>	-	29.639	<b>29.639</b>
Bancos conta movimento	-	4.115	<b>4.115</b>	-	13.951	<b>13.951</b>
Contas a receber	194	792	<b>986</b>	2	947	<b>949</b>
<b>Passivo</b>	<b>21.013</b>	<b>11</b>	<b>21.024</b>	<b>15.294</b>	<b>83</b>	<b>15.377</b>
Contas a pagar	21.013	11	<b>21.024</b>	15.294	83	<b>15.377</b>

Transações	2024 Jan - Mar			2023 Jan - Mar		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custo / despesas - infraestrutura	-	(2)	<b>(2)</b>	-	(1)	<b>(1)</b>
Custo / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	-	-	(32)	<b>(32)</b>
Custo / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(5)	<b>(5)</b>	-	(20)	<b>(20)</b>
Despesas financeiras - juros e variações monetárias	-	(237)	<b>(237)</b>	-	238	<b>238</b>
Despesas de prestação de garantias em emissão de dívidas	(1.395)	-	<b>(1.395)</b>	(1.493)	-	<b>(1.493)</b>
Receitas de aplicação financeiras	-	749	<b>749</b>	-	2.144	<b>2.144</b>
Repasse de custo e despesas - CSC (*)	(6.356)	-	<b>(6.356)</b>	(3.594)	-	<b>(3.594)</b>
Repasse de custo e despesas de colaboradores	(459)	-	<b>(459)</b>	-	-	-

(\*) No trimestre findo em 31 de março de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 1.901 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora CCR S.A.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 15 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

#### 9.1. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas remuneração - garantias	31/03/2024	31/03/2023
De 0,80% a.a.	(1.395)	(1.493)
<b>Total</b>	<b>(1.395)</b>	<b>(1.493)</b>

### 10. Fornecedores

	31/03/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>	<b>24.186</b>	<b>28.501</b>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	17.051	19.228
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	18	35
Cauções e retenções contratuais	7.117	9.238
<b>Não circulante</b>	<b>1.725</b>	<b>2.602</b>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	1.725	2.602
<b>Total</b>	<b>25.911</b>	<b>31.103</b>

Referem-se principalmente a contratações de fornecedores e prestações de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.



**Notas Explicativas****11. Obrigações sociais e trabalhistas**

	31/03/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>	<b>9.897</b>	<b>9.519</b>
Salários e remuneração a pagar	4.070	1.638
Benefícios, gratificações e participações a pagar	705	3.000
Encargos sociais e previdenciários	1.251	1.330
Provisão para férias e 13º salário	3.871	3.551
<b>Não circulante</b>	<b>136</b>	<b>136</b>
Programa de Gratificação de Longo Prazo	136	136
<b>Total</b>	<b>10.033</b>	<b>9.655</b>

**12. Financiamentos**

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	31/03/2024	31/12/2023
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338%	Março de 2039	17.013	8.004	569.033	577.656 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	Março de 2039	2.598	1.259	108.476	110.123 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	Março de 2039	2.671	1.306	44.401	45.063 (b) (c) (d)
<b>Total geral</b>					<b>10.569</b>	<b>721.910</b>	<b>732.842</b>

	31/03/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>	<b>49.875</b>	<b>49.833</b>
Financiamentos	51.168	51.145
Custos de transação	(1.293)	(1.312)
<b>Não Circulante</b>	<b>672.035</b>	<b>683.009</b>
Financiamentos	681.311	692.601
Custos de transação	(9.276)	(9.592)
<b>Total</b>	<b>721.910</b>	<b>732.842</b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

**Garantias:**

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;  
(c) Garantia real; e  
(d) 100% aval/fiança corporativa da CCR.

**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	31/03/2024
2025	36.499
2026	48.665
2027	48.665
2028	48.665
2029 em diante	498.817
(-) Custos de transação	(9.276)
<b>Total</b>	<b>672.035</b>

## Notas Explicativas

A Controladora CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de março de 2024, o saldo aplicado totaliza R\$ 27.093.

### 13. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e contratuais.

#### 13.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Contratuais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>706</b>	<b>481</b>	<b>1.638</b>	<b>2.825</b>
Constituição	360	448	-	808
Reversão	(3)	(209)	-	(212)
Pagamentos	(318)	(371)	-	(689)
Atualização de bases processuais e monetária	33	10	-	43
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>778</b>	<b>359</b>	<b>1.638</b>	<b>2.775</b>

#### 13.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2024	31/12/2023
Cíveis e administrativos	9.852	9.783
Trabalhistas e previdenciários	1.009	882
<b>Total</b>	<b>10.861</b>	<b>10.665</b>

### 14. Obrigações parceladas

	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>622</b>	<b>313</b>	<b>935</b>
Atualização monetária	50	(33)	17
Pagamentos	(157)	-	(157)
Transferência	120	(120)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	<b>635</b>	<b>160</b>	<b>795</b>

**Notas Explicativas**

<b>Cronograma de desembolsos (não circulante)</b>	<b>31/03/2024</b>
2025	160
<b>Total</b>	<b>160</b>

**15. Patrimônio líquido****15.1. Prejuízo básico e diluído**

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
<b>Numerador</b>		
Prejuízo líquido	(97.062)	(59.901)
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações (em milhares)	1.088.000	1.035.000
<b>Prejuízo por ação - básico e diluído</b>	<b>(0,08921)</b>	<b>(0,05788)</b>

**15.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações**

Neste trimestre não houve outorga de novos Planos de Incentivos de Longo Prazo. O plano vigente segue com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No trimestre findo em 31 de março de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 102.

**16. Receitas operacionais líquidas**

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
<b>Receita bruta</b>	<b>71.416</b>	<b>84.573</b>
Receitas de pedágio	42.286	42.365
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	2.719	1.538
Receitas acessórias	2.343	2.317
Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente	24.068	38.353
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(6.783)</b>	<b>(6.048)</b>
Impostos sobre receitas	(6.769)	(6.038)
Devoluções e abatimentos	(14)	(10)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>64.633</b>	<b>78.525</b>

**17. Resultado financeiro**

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(44.494)</b>	<b>(34.742)</b>
Juros e variações monetárias sobre financiamentos	(15.625)	(17.860)
Variação monetária sobre o excedente tarifário e TAC multas	(27.204)	(14.900)
Comissão de fianças com partes relacionadas	(1.395)	(1.493)
Juros sobre obrigações parceladas	(17)	(36)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(253)	(453)
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2.713</b>	<b>2.229</b>
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.630	2.168
Juros e outras receitas financeiras	83	61
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(41.781)</b>	<b>(32.513)</b>

## Notas Explicativas

### 18. Instrumentos financeiros

#### 18.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		31/03/2024	31/12/2023
<b>Ativos</b>	<b>Nível</b>	<b>748.982</b>	<b>854.448</b>
<b>Valor justo através do resultado</b>		<b>720.194</b>	<b>825.068</b>
Caixa e bancos	Nível 2	16.565	16.380
Aplicações financeiras	Nível 2	71.595	79.412
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	27.093	27.328
Contas a receber do Poder Concedente	Nível 3	604.941	701.948
<b>Custo amortizado</b>		<b>28.788</b>	<b>29.380</b>
Contas a receber das operações		27.802	28.431
Contas a receber de partes relacionadas		986	949
<b>Passivos</b>	<b>Nível</b>	<b>(776.765)</b>	<b>(781.690)</b>
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>(776.765)</b>	<b>(781.690)</b>
Financiamentos em moeda nacional (a)		(721.910)	(732.842)
Fornecedores e outras obrigações		(32.716)	(32.356)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(21.024)	(15.377)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.115)	(1.115)
<b>Total</b>		<b>(27.783)</b>	<b>72.758</b>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

**Contas a receber do Poder Concedente** – foi mensurado pelo valor justo através do resultado, utilizando a abordagem de custo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão.

#### 18.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

##### 18.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e auto de infração com o Poder Concedente, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

## Notas Explicativas

Risco	Exposição em R\$ <sup>(5)(6)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP	(732.479)	(64.426)	(76.825)	(89.227)
<b>Efeito sobre os financiamentos</b>		<b>(64.426)</b>	<b>(76.825)</b>	<b>(89.227)</b>
Selic	(795)	(85)	(106)	(127)
<b>Efeito sobre as obrigações parceladas</b>		<b>(85)</b>	<b>(106)</b>	<b>(127)</b>
CDI	99.824	6.087	7.605	9.120
<b>Efeito sobre as aplicações financeiras</b>		<b>6.087</b>	<b>7.605</b>	<b>9.120</b>
<b>Total do efeito de perda</b>		<b>(58.424)</b>	<b>(69.326)</b>	<b>(80.234)</b>
<b>As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup>:</b>				
	TJLP <sup>(2)</sup>	6,6600%	8,3250%	9,9900%
	CDI <sup>(3)</sup>	10,6500%	13,3125%	15,9750%
	Selic <sup>(4)</sup>	10,7500%	13,4375%	16,1250%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/03/2024, divulgada pela BNDES;
- (3) Taxa de 31/03/2024, divulgada pela B3;
- (4) Taxa de 31/03/2024, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e não consideram os saldos de juros em 31/03/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).

### 19. Demonstrações dos fluxos de caixa

#### 19.1. Transações que não afetaram o caixa

As transações que não afetaram caixa, no trimestre findo em 31 de março de 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	31/03/2024
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>11.996</b>
Contas a receber do Poder Concedente	11.996
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(11.996)</b>
Outros de ativo imobilizado e intangível	(11.996)

#### 19.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

**Notas Explicativas**

	<b>Financiamentos</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(732.842)</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>26.557</b>
Pagamentos de principal e juros	26.557
<b>Outras variações que não afetam caixa</b>	<b>(15.625)</b>
Juros e variação monetária sobre financiamentos	(15.625)
<b>Saldo final</b>	<b>(721.910)</b>

\*\*\*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. Campo Grande – MS

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli  
Contador CRC 1SP201409/O-1

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2024.

Campo Grande/MS, 09 de maio de 2024.

GUILHERME MOTTA GOMES  
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMIOTTI  
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI  
DIRETOR



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2024.

Campo Grande/MS, 09 de maio de 2024.

GUILHERME MOTTA GOMES  
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMIOTTI  
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI  
DIRETOR